

A culpa dos petrodólares

Barbosa Lima Sobrinho

Não esperei que os credores estrangeiros aplaudissem o plano brasileiro da redução de nossa dívida externa, defendida pelo ministro Bresser Pereira, naturalmente com a solidariedade do governo Sarney. Seria confiar muito nos eternos adoradores do bezerro de ouro, ou dos que vêem no lucro atributos de divindade. Não creio, por isso, que a atitude isolada de um único país tenha probabilidades de êxito, ou de aceitação pacífica. Defendo a presença de um cartel dos devedores, quando todos, ou quase todos os componentes do Terceiro Mundo se convençam de que não têm condições de pagar o que devem, por mais que o desejem.

Não se trata de uma questão de boa vontade. Estou certo de que todos os países inadimplentes, até por uma questão de comodidade, gostariam de estar em dia com os seus numerosos credores. Mas há situações que exigem remédios amargos para uns e outros, para os devedores como para os próprios credores. Mesmo Shylock talvez não desejasse a morte do devedor senão depois de resgatada a dívida existente. Se essa é a mentalidade do credor, no exigir o pagamento, tenho a impressão de que a do devedor seria realmente a do pagamento da dívida, na data do vencimento.

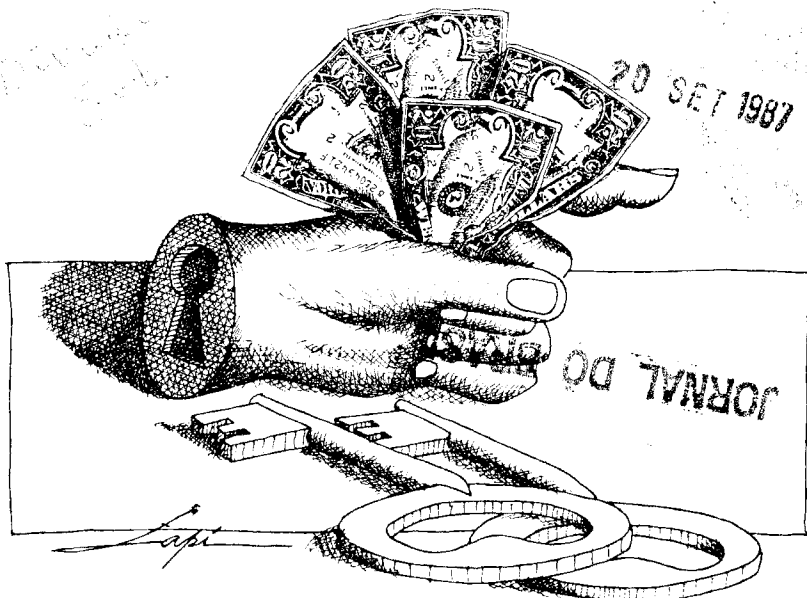
Seria o caso de perguntar por que não o fazem e recorrem à moratória, declarada ou não? E que nenhum deles tem condições de pagar. Não há necessidade de recorrer a Fidel Castro, para nos dizer que a dívida é impagável. Os fatos se incumbem de substituí-lo nessa declaração realista. E tudo afinal se reduz àquele provérbio latino, atribuído ao jurisconsulto Celsus, de que *ad impossibilia nemo tenetur*. E que nem precisaria ser invocado como argumento, pois que surge como imposição. Quem poderá realizar o impossível, por mais que o deseje?

Veja-se o caso brasileiro, diante de uma dívida que deve ser paga, não em cruzados, mas em dólares. Onde encontrar esses dólares senão no comércio exterior? Pois que todos os dólares que o Brasil conseguisse mal pagariam os juros de sua dívida externa. O país teria que parar, não tendo mais dólares para comprar o petróleo de que precisa, para alcançar os níveis normais do consumo. E encontraria trancas de ferro na importação de mercadorias essenciais ao seu desenvolvimento, ou até mesmo para o pagamento dos insumos absorvidos pela indústria funcionando no seu território. O que acabaria exigindo no Brasil a proibição de não importar, pois que os juros dos empréstimos não chegariam se não para o serviço da dívida.

Os banqueiros estrangeiros precisam compreender que essa solução não seria útil nem para os próprios países, em que se instalaram os seus estabelecimentos bancários, prejudicando ou sacrificando a indústria, reduzindo substancialmente as cotas de exportação para os Estados devedores. Há, pois, um reflexo nos próprios países credores, opondo os dois interesses, o dos bancos e o das indústrias, uma vez que o pagamento dos juros absorve o total dos dólares obtidos pelos devedores, no comércio exterior em que encontram a única máquina de fornecer dólares. Será que os banqueiros não terão nada que ver com os interesses das indústrias de seu país?

Como se vê, criou-se uma situação em que há riscos por todos os lados, tanto para os credores, como para os devedores, exigindo, por isso, de todas as partes muita compreensão e transigências de uns e de outros, de devedores e também de credores. A intransigência, no caso, não resolve nada.

Tanto mais quando a culpa, ou a responsabilidade, não cabe finalmente nem a credores, nem a devedores. Os banquei-



ros pecaram por imprevidência, ou até mesmo por imprudência, emprestando dólares na formação de uma dívida, que não poderia ser paga, e não podiam, nem deviam ignorar a cena final dessa derrama de dinheiro. E como foram tão longe nos empréstimos? Por uma razão simples: é que precisavam aliviar as suas caixas-fortes, abarrotadas de petrodólares, depositados pelos árabes, como resultado dos choques da elevação súbita dos preços do petróleo. Quando recebiam os depósitos, assumiam o compromisso de lhes proporcionar dividendos compensadores, e onde encontrá-los senão nos empréstimos ao Terceiro Mundo?

Não é de escritores de países subdesenvolvidos a revelação dessa situação e dos perigos que oferecia. Observadores dos países ricos também concordaram, como é o caso de Anthony Sampson, um dos redatores do famoso relatório Brandt. No livro que publicou, sob o título *The Money Lenders*, e que a editora Record fez traduzir como *Os Credores do Mundo*, registra o fato de que "os europeus ficaram desorientados com os vendedores de dinheiro de cada lado do Atlântico, vendendo empréstimos como que vende pipocas, e cruzavam fronteiras com tanta indiferença, como quem cruzasse limites estaduais". E essa facilidade de orientação servia de contágio, influenciando os banqueiros, pois que Sampson aceita as conclusões de que eles não sabiam fugir "de um instinto de rebanho". Pelo que parece, não se pensou na capacidade de pagar dos devedores. O que exigia solução urgente era a presença dos cofres-fortes, abarrotados de petrodólares. Qualquer empréstimo surgia como vitória do banqueiro. Como nos diz Sampson, "os bancos estavam ansiosos para emprestar". Como ainda nos informa, "em 1974, o Citibank estava obtendo 40 por cento de seu lucro nos países em desenvolvimento". Achava-se que bastava aumentar o *spread* para cobrir todos os riscos. Mais uma vez, o império do imediatismo.

No fundo, tudo não passava de um duelo de levandade. Dos devedores, aceitando empréstimos que não poderiam pagar, dos credores, sabendo muito bem que não tinham condições de jogar. Longe de mim a confusão entre banqueiros e aventureiros. A necessidade de emprestar, juntando-se à de recebê-lo, fez brotar, por todo o mundo, aquela sensação de encilhamento, de que já havíamos tido notícia, em fins do século passado. Como um vendaval de loucura, associado à torrente dos petrodólares.

Aí está o resultado: dívidas que não podem ser pagas, e banqueiros insistindo numa cobrança impossível. Vale a pena recordar que ela não será paga com a fome ou miséria do povo brasileiro, compromisso tanto de Tancredo Neves, como do presidente José Sarney.